

III SEMINÁRIO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SUSTENTÁVEL DO PODER JUDICIÁRIO - O CASO DE SUSTENTABILIDADE DO TRE-PE

MESTRE DE CERIMÔNIA: A seguir, com a palavra a Senhora Cinara Batista, representante da Comissão Socioambiental do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, que fará a apresentação sobre O caso de Sustentabilidade daquele Tribunal.

(Palmas)

A SENHORA CINARA BATISTA

Representante da Comissão Socioambiental do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco

Obrigada, boa tarde, quero agradecer à Ketlin pelo convite, parabenizar pelo nível de excelência, mais uma vez, por esta equipe, para você, Ganem, que foi para o Eleitoral, para a Adriana, não sei se ela está por aí.

Enfim, é uma alegria aqui estar, representando a Justiça Eleitoral, e trazendo uma gotinha d'água nesse imenso oceano. Sabemos que não estamos sozinhos nesse processo. Certamente, vocês vão se ver aí nas suas instituições por alguma iniciativa, por algum projeto, por algum programa que hoje sido implantado, que está em funcionamento.

O norte desse trabalho é construir eleições sustentáveis. E uma reflexão Inicial é que o que move a sociedade de consumo não é o que move o mundo. Estamos em rota de colisão e esquecemos que estamos maltratando esse planeta por dinheiro, como diz Beto Guedes. E aqui, trazemos um pouquinho o caminho e a forma de caminhar e esse será o roteiro da nossa apresentação.

Quem somos? E aí o Professor Juarez, ontem, inspirador, tanto que resolvei colocar aqui quem somos todos nós, agentes exportadores de contágio positivo. E, no nosso caso, onde estamos: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, que conta com 151 zonas eleitorais, 94 prédios próprios e alugados, 57 outros cartórios instalados em fóruns do TJ, de Pernambuco. A comunidade do TRE tem aproximadamente 1.300 pessoas, e até 2010 a única atividade que fazia era a coleta seletiva. Qual, então, foi para esse trabalho a motivação extrínseca? E aí, trazendo um pouco da fala do Professor Juarez, foi a Meta 6 do CNJ, em 2010. E aí, aquela carinha triste, para baixo, irritada porque ninguém aguentava ouvir falar.

No nosso caso, na Justiça Eleitoral, era um ano eleitoral. Difícil começarmos um trabalho de uma dimensão dessa, dentro de um contexto como o das eleições, o da preparação para as eleições. E aí, visando cumprir com aquela recomendação, criação da comissão socioambiental, apenas no segundo semestre do ano de 2010, ligada à diretoria-geral com ampla representatividade, foi muito bom, muito importante, livre adesão e, pela primeira vez, houve uma procura muito grande por parte dos servidores para participarem da comissão socioambiental. E, lembramos que foi a motivação intrínseca, o que move cada um aí que sintoniza com essa causa.

E o início? Acho que muitos de nós nos vemos assim, como esse bonequinho, dedicando o tempo que sobra. Que tempo? Sobra tempo? Na verdade, falta na maioria dos casos. E, num ano eleitoral é impossível. No caso da Meta 6, colocamos aqui como uma provocação: os resultados foram desastrosos, haviam propostas de metas e implantação de ações num ano eleitoral, e um ano-base, uma linha de base com o ano anterior. Então, não temos como comparar um ano eleitoral com um ano não eleitoral. E hoje, quer dizer, desde 2012, vivemos um outro cenário, também complicado, que é o do recadastramento por biometria; é uma outra atividade grande que impacta bastante e que, até o momento, não temos como fazer uma avaliação adequada do impacto desta ação de forma a poder compreender como é que se comportam os consumos e os gastos na Justiça Eleitoral.

E aí, um pouquinho da Meta que o Ganem falou ontem. E a Justiça Eleitoral acabou puxando o Poder Judiciário todo e comprometendo muito desta Meta.

Como foi que começamos? Começamos, buscando inspiração, e o nosso *benchmarking* foi o STJ, em primeiro lugar, e o TJDFT. Naquele ano, em 2010, viemos visitar, e fomos visitar também o TSE, o nosso Tribunal Superior, mas não havia um trabalho estruturado, não havia nada que pudesse nos inspirar. Elaboramos um relatório bastante fundamentado e apresentamos uma proposta para a direção-geral, e nela deixávamos claro que para funcionar é preciso dedicação exclusiva à atividade, uma infraestrutura mínima, apoio da alta administração e apoio, inclusive, para capacitação. A diretora abraçou essa ideia. Desde 2011, a despeito de continuarmos ainda como uma comissão socioambiental, mas já foi feita uma proposta para estruturar a unidade socioambiental; hoje, funcionamos com cinco servidores e um estagiário, mas o ideal, no nosso entendimento, são oito pessoas. Vamos chegar lá.

Por onde seguir? A inserção no planejamento estratégico, as ações iniciais, como não conhecíamos onde estávamos pisando, era mais ou menos como se estivéssemos em alto mar; para que lado está o porto? Para onde me dirijo? Não tínhamos referência e acolhemos, então, as mesmas metas estabelecidas pelo CNJ, mas utilizamos como estratégia o TCU. Os requisitos do relatório de tomada de contas anual foram os requisitos que utilizávamos, inclusive, para fundamentar as nossas propostas. Então, sempre apresentávamos, antes de chegar o trabalho socioambiental, chegava o TCU como argumento maior.

E o norte do trabalho, de que o Gestor precisa para decidir? Não adianta falarmos que vamos esverdear o planeta. Esse não é argumento. O Gestor precisa de análises muito bem fundamentadas, e todas as nossas propostas, tanto que até hoje não teve uma proposta recusada, sempre fundamentamos com análise técnico-financeira, sempre. O que vai representar, qual o investimento, não falamos em custo, não há custo numa atividade dessa; há investimento, sempre fundamentando com propostas, com análise técnico-financeira. E a partir daí, começamos a levantar o véu: estudos técnicos, diagnósticos, auditorias ambientais, ainda que incipientes, mas que pudessem nos apontar onde estamos e por onde precisamos seguir.

E aí, o Eleitoral se mostra uma instituição, mas com vários cenários: ano eleitoral, não eleitoral, biometria, enfim, a necessidade de construir diversas séries históricas para que possamos trabalhar com mais segurança.

E que estratégias para superar as adversidades e até algumas resistências? Quem é da área sabe que as resistências não são poucas, mas a determinação precisa ser maior. Brinco muito lá e digo: "eu vou ali". Quando digo que vou ali, as meninas ficam rindo, e volto já festejando. Temos vivido uma situação de pressão

grande no Eleitoral, por causa da biometria, em ano eleitoral, encerrou-se agora, no início de maio, e as pessoas não suportam ouvir falar em reunião. Então, vou ali dar uma palavrinha. E chego lá e pergunto:

— Você tem 5 minutos?

Nunca são 5 minutos, sentamos, conversamos, desatando nós, construindo laços. E uma das estratégias que adotamos, para que pudéssemos ser primeiro percebidos dentro da instituição, foi apresentar um dos trabalhos que estava sendo desenvolvido fora para uma avaliação externa. E aí submetemos um trabalho à Mostra da Qualidade do Judiciário, Mostra Nacional de Trabalhos da Qualidade no Poder Judiciário, em 2012. E, no ano seguinte, ao quinto prêmio da 3P. E a partir daí, o primeiro ficamos em segundo lugar, o da 3P ficamos entre os finalistas. Então, começamos a aparecer, tem orçamento, tem mais servidores e poder avançar, caminhar um pouquinho com mais fôlego. Vamos avançar!

Então, ampliar o escopo da nossa atuação, do nosso trabalho, um enfoque de meio ambiente e saúde do servidor, uma integração maior com qualidade de vida, ambientação de servidores, sensibilização de servidores, sensibilização de gestores. É engraçado sensibilizar gestores. Essa semana fizemos uma sensibilização interessante: foi implantado o SEI, este ano, e 4 meses depois, fomos fazer uma análise do quadrimestre. Não houve alteração de consumo. Mas, não é possível, esperávamos pelo menos 30% de redução. Não houve qualquer impacto. Fiz uma mensagem, encaminhei para todos, colocando a lista das unidades que não reduziram o consumo e que apareciam como os maiores consumidores. O relatório em anexo, apresentando o porquê de estarmos fazendo aquela divulgação daquela forma, a despeito da implantação do SEI, enfim. E, então, um dos secretários, o primeiro que respondeu, antes de vir para cá eu vi, e ele disse:

— Vamos sair desta lista.

Achei ótimo! De pronto, prometemos a vocês que vamos sair dessa lista. Vamos adotar isso, isso, isso e saiu pontuando. E, então, respondemos, parabenizando, enfim. É interessante a sensibilização de gestores. Geralmente, mandamos os relatórios, colocando, utilizando a simbologia dos semáforos: quem está em vermelho, em amarelo ou em verde, ninguém quer ficar no vermelho, não é? Ninguém. E, então, destacamos aqueles que estão com maiores dificuldades, vamos dizer assim, sempre tem uma resposta interessante, porque entre os gestores, também há uma competição positiva. Ninguém quer ficar mal na fita.

Então, o fortalecimento da atuação intrassetorial e parcerias interinstitucionais - é aqui que entram os meus colegas do Ecos, levantem a mão. Ecos de Pernambuco: cinco Tribunais estão juntos. Trata-se de um protocolo de cooperação técnica, assinado no dia do biólogo - sou bióloga e fiquei feliz por isso. No ano passado e neste ano, fizemos cinco capacitações, identificamos 6 eixos temáticos para o trabalho. E essas capacitações nesses temas foram realizadas, e vamos avançar. Inclusive, compras compartilhadas é uma das propostas de ação desse grupo.

Aqui, uma outra atividade interessante que foi a capacitação que fizemos no ano passado para o plano de logística sustentável. Essa turma, essas duas e mais um grupo maravilhoso esteve conosco. No encerramento tivemos Tião Santos, como palestrante, e depois um trabalho dele com o pessoal da limpeza, que foi encantador!

Aqui, abrimos para o Tribunais do Nordeste e outras instituições que quisessem participar: foram 121 servidores e gestores de 26 instituições; um trabalho bem interessante.

Aqui, a avaliação que os participantes fizeram do evento e a aplicabilidade no serviço, 100%. Graças a essa dupla!

Novos tempos na Justiça Eleitoral, não é Ganem? A Resolução 23.474, estabelecendo a estruturação da gestão socioambiental. Para quem não sabe, a Justiça Eleitoral era aquela que apresentava maior resistência a esse trabalho.

E aí, surge, então, um cenário de novos tempos. E o planeta ali, como um cofrinho, porque investir, sim, no planeta, essa é a alternativa, porque esquecemos que pertencemos ao planeta, e não o contrário.

Em tempos de crise... o PLS é e faz a diferença. Fortalecendo esse trabalho e subsidiando a gestão na tomada de decisão - se alguém te oferecer um limão, faça uma limonada, adoce com a sua energia contagiante, aquela que o Professor Juarez falou que somos esses agentes portadores de energia contagiante. E, no final, vamos todos agradecer o movimento que se cria; é muito belo e uma sinergia muito grande.

No nosso PLS, que está em fase final, agora revisando e revisando indicadores para adequá-lo à Resolução do Eleitoral, montamos oito grupos executivos, um dos grupos é o GESTQUALI, grupo de executivos de saúde total e qualidade de vida, que decidiu agora, puxado pela direção-geral, motivado por ela incluir a ação de elaborar a política de saúde e bem-estar dos servidores. Já estão me pressionando, corre! Vamos lá!

Já cheguei nas ações e resultados. A nossa primeira ação foi o Projeto Urna Ecológica: 3.500 urnas iam para incineração. Ainda estávamos nesse momento, trabalhando no nosso setor, e o tempo que sobrava, fazíamos alguma coisa. Ocorre que passou por nós um e-mail de que tinha uma comissão de desfazimento de materiais, enfim, e procuramos saber qual era o destino.

— Não, vamos incinerar porque tem que incinerar.

Gente, vocês não têm ideia da luta que foi para conseguirmos reverter esse processo. E aí queria que vocês... Tem som? Desconta do meu tempo. Não deu certo, vou explicando. Defeitos especiais, vou narrando, ok?

Essa é uma matéria da TV Globo, e a assessoria de comunicação enviou a proposta do trabalho. Fizemos uma parceria com a Associação de Costureiras, que veio fazer o trabalho de descaracterização e reaproveitamento integral desse material. Então, o tecido, o ferro e o papelão foram aproveitados, integralmente. Essa foi a primeira ação, o primeiro trabalho que chamou a atenção da administração para esse trabalho socioambiental. Pode sair e voltar lá na apresentação, pois ele está me pressionando com essa placa horrorosa.

Bom, o trabalho de eficiência energética: trouxe somente alguns, e no final trago uma avaliação de quanto conseguimos economizar nesse período em várias ações que foram desenvolvidas.

Custo anual com energia, dados do ano passado, R\$1.900.000,00 reais. Em ano eleitoral costuma aumentar 20% esse custo. Dez por cento dos prédios consomem 75 a 80% do total da energia destinada à Justiça Eleitoral no Estado todo. Somente o prédio sede consome de 37 a 40%, e metade vai para o ar condicionado. É um prédio antigo, para que vocês entendam, da década de 70 e foi adquirido pelo TRE. Houve, naquele momento, uma decisão de não mudar a estrutura do ar condicionado, que significa dizer que temos um ar condicionado que, ligando, o prédio inteiro, mesmo que só tenha um setor funcionando, fica ligado. Não tem como instalar splits nem ar condicionado de janela, em suma, é o caos. O prédio, em funcionamento, o ar condicionado em funcionamento corresponde a 260 splits de 12.000 BTUs em

paralelo, isso no horário fora de ponta, porque no horário de ponta corresponde a 1.100 splits, funcionando. É um absurdo!

Bom, então, identificamos que era ali que precisávamos começar: ações por atacado, e depois sairmos nas ações pelo varejo. Naquele momento em que começamos esse trabalho, a engenharia tinha contratado uma consultoria em eficiência energética. E a conclusão do relatório é que não havia mais o que fazer, o prédio já tinha iluminação adequada, naquele momento não seria interessante investir em troca das lâmpadas, a fachada já estava com uma envoltória, enfim, não havia mais nada. E já tínhamos começado a analisar o sistema, vimos que tinha um software de gerenciamento, que não era utilizado, que fornecia todos os dados em tempo real: quanto estava sendo destinado para o ar condicionado, quanto para as lâmpadas. E aí nos debruçamos sobre esses dados.

Na primeira fase, ajustamos o funcionamento, tiramos do horário de ponta, são dois *chillers*, funcionando para refrigerar o ambiente, utilizando água, ou seja, se economizo energia, economizo água também. - Não vou olhar mais para você, vou olhar só para o lado de cá. Ela disse que vai cortar meu som, Ketlin, estou avisando, corta a gratificação dela -. Não houve interferência no conforto térmico. Um outro colega tinha feito uma experiência de não ligar o ar condicionado três vezes por semana no período da manhã, foi o caos. O prédio é caracterizado dentro daquele grupo de síndrome dos edifícios doentes: tem janela que não podemos abrir, fezes de pombos para não contaminar o ambiente interno, não contaminar o servidor, não tem ventilação adequada, o caos. E aí, o colega resolveu, antes de nós, fazer essa experiência. Vamos ligar, e fez a proposta, não vamos acionar o ar condicionado três vezes por semana no período da manhã. A rejeição foi geral. E o que fizemos? Vamos mexer nesse sistema, mantendo o conforto térmico, mantendo o tempo de funcionamento do ar condicionado, mas tirando os dois *chillers* do horário de ponta de maior custo, tirando-os do funcionamento em paralelo, ajustando, distribuindo o tempo de funcionamento desses *chillers* e adequando ao período do ano, um período do ano em que tenho uma temperatura maior, vejo como vou adequando, acompanhando, inclusive, pelo sistema que faz esse gerenciamento em tempo real. Assim foi feito, custo zero essa ação.

Aqui observamos, no primeiro gráfico, no gráfico maior, uma avaliação de todo..., aqui no menor, melhor dizendo, de todo o TRE. Essa última coluna representa o ano em que implantamos essa medida, todo o TRE, e aqui o prédio-sede - isso é ano eleitoral, gente, ano eleitoral em que temos, normalmente, aumento de 20%.

Segunda fase: instalação de ar condicionado portátil nos setores com funcionamento em horário diferenciado, investimento de R\$20.000,00 reais - falei que não era custo, coloquei custo, vou retirar. E aqueles setores que precisavam funcionar em horário diferenciado, para que não fossem prejudicados, ou antes ou depois, teriam ar condicionado portátil e não precisaríamos ligar o ar condicionado central. Ocorre que, em 2013, tivemos eleições suplementares, três municípios tiveram seus prefeitos cassados, e funcionamos como se fosse ano eleitoral. Foi o caos, pois esperávamos, na verdade, reduzir uma outra situação, enfim.

Aqui uma avaliação de 2012 a 2015. Lá em cima vocês visualizam o índice e a meta. E aqui, em 2014, redução - primeira vez que em ano eleitoral reduzimos energia, sempre tínhamos aumento de 20%, e passamos a reduzir o consumo de energia.

Apesar de eleições suplementares, tivemos uma redução no custo com energia.

Terceira fase: análise dos contratos de demanda - avaliar os impactos, inclusive, do período eleitoral. Selecionamos um prédio que identificamos que seria o mais adequado naquele momento, e fizemos a proposta de reduzir 50% do contrato de demanda. A engenharia, naquele momento, não aceitou de pronto, e esse processo, essa medida ficou 18 meses para ser efetivada. Perdemos R\$80.000,00 reais, porque a concessionária leva seis meses para fazer a alteração contratual. Tivemos que refazer a análise, não, fizemos a análise considerando a eleição, que é um impacto muito maior, não, mas temos que considerar agora a biometria, um posto pequenininho de biometria. Está bem, vamos fazer, e refazer a análise, incluindo biometria, quer dizer, perdemos um pouquinho mais.

Consumo comparativo, aqui, vejam que interessante. Essa alteração foi feita no final de 2014. Aqui comparamos 2013 com 2015, se esperaria, ou que o comportamento de 2015 fosse semelhante ao de 2013, ou maior, pela evolução que vimos observando. E, entretanto, tivemos um consumo bem menor, em 2015, bingo! A diferença aqui, incorporei? Eu disse a ela que ia incorporá-la, nem 1%, conseguimos, viu Ketlin, mas tudo bem.

A diferença entre o previsto e o pago, R\$280.000,00 reais, precisamos. Fiz a proposta para o Secretário de Orçamento e Finanças e para o Secretário de Gestão de Pessoas:

— Vamos utilizar uma parte desses recursos em benefício dos servidores? Implantação de uma sala de convivência, bicicletário, outras atividades. Vamos fazer? E estávamos programados para este ano, quando veio uma tesoura. Tudo bem!

Quarta fase: os outros contratos de demanda, essa aqui em 2016. Fizemos a análise de todos os outros contratos, novamente, considerando esse período. Aí, foi feita a adequação e a alteração do tempo de funcionamento de todas as unidades que funcionam nesses prédios, que têm contrato de demanda. A diferença: por 3 horas de energia ao longo do dia, ou seja, entre 17:30h e 20:30h, a diferença é 4.3 vezes maior no custo. Bom, E aí a administração acolheu, alterou o horário de sessões do Tribunal, as sessões estão acontecendo de manhã, em vez de à tarde, para entrar no horário de ponta. Então, de manhã, todos os eventos, antes do horário de ponta, e o horário de funcionamento das centrais de atendimento ao eleitor e do prédio sede terminando às 18h. O horário de ponta lá começa às 17:30h, economia estimada em meio milhão por ano.

Bom, não vou conseguir cumprir o tempo, Ketlin, me ajude, me socorra!

Aqui na CAE, uma avaliação da substituição da central por split, 50% de redução no primeiro ano; 25% no segundo. A importância da manutenção das instalações elétricas, redução de 30% no consumo. E o que observamos aqui, ficamos felizes: compraram? Inclusive, consta lá no compras sustentáveis, no site compras sustentáveis, o nosso edital, não usem. Naquele momento, não usem, porque o selo Procel não diz nada para a gente, é preciso especificar, foi uma compra antiga, e aí, um equipamento com selo Procel C, não trouxe economia alguma, quero dizer, B, pois o selo Procel C é pior ainda, não é?

Hoje, estamos analisando a viabilidade de implantação de placas fotovoltaicas, estimativa de 4 milhões e meio, um *payback* em 7 a 8 anos. Na semana que vem, temos uma reunião para tratar do Mercado Livre de energia, um investimento

aproximado de R\$100.000,00 reais, atendendo a três prédios, e o *payback* em poucos meses, e economia superior a 1 milhão, em 5 anos. Dá para fazermos as duas.

Temos uma Portaria, que dispõe sobre o estabelecimento de ações urgentes para economia de água e de energia, inclusive determinando a aquisição de equipamentos economizadores.

Água e esgoto, 3 eixos: consumo, custo e qualidade. Aqui alguns pontos: normatização de irrigação de jardins, economia de 30 a 50%. Desligamento programado de hidrômetro para limpeza de caixa d'água. Se vocês observarem o Ministério da Saúde tem uma normatização, que diz que devemos encher a caixa d'água toda, colocar hipoclorito de sódio, deixar um tempo e depois escoar a água completamente. É um absurdo! O uso de água da concessionária, em substituição à água do poço, no sistema de refrigeração. A água do poço Recife, como é uma zona de maré, tem muitos sais, que acabava sendo purgada parte da água do sistema de refrigeração. Descobrimos isso, chegaram a ser desperdiçados 265.000 litros de água por mês.

Temos meta de consumo por imóvel para energia, enfim, todos os consumos. E a nossa segunda causa de desperdício são vazamentos não identificados em tempo. Para isso, estamos comprando um equipamento, o geofone, para identificação daqueles vazamentos em que temos dificuldade de localizar.

Na qualidade da água, uma coisa que queria chamar a atenção, pois é comum no Brasil inteiro, as empresas utilizam, para fazer aferição do cloro residual, um produto chamado ortotolidina, que é um produto que está enquadrado na lista de potencialmente carcinogênico. E aí foi uma briga para mudarmos, pois não estava no contrato e conseguimos colocar no contrato, agora. Assumimos o contrato da qualidade da água, qualidade do ar, pragas e vetores, está tudo conosco na parte de gestão técnica.

Bom, outras ações: a vigilância de vazamento em todos os imóveis, e aqui vamos buscar o apoio dos ecoparceiros, o geofone, que falei que é um equipamento para identificação de vazamentos. Algumas outras ações. Vamos lá.

Aqui um prédio, que foi inaugurado; captação de água de chuva, em 2013, no Município de Cabo de Santo Agostinho. Acho que vocês não sabem, mas se falarmos em Porto de Galinhas, fica perto, e todo mundo sabe. Gostaram, não é?

A parte de resíduos: aqui um projeto que implantamos que é de reestruturação da gestão de resíduos, finalizando com uma ação de educação ambiental para a sensibilização de servidores. E aí, vou passando.

Plotagem: aqui nos layouts de todas as lixeiras, era interessante. Até o ano passado era uma briga: cada setor queria comprar um tipo de lixeira. Até ano passado, fincamos o pé, entendam que essa é uma atividade nossa. Fizemos a distribuição de 750 lixeiras no prédio sede, isso é muita coisa, é: são 300 servidores, pouco mais de 300 servidores.

Aqui uma padronização. Isso aqui são etiquetas adesivas que tinham sido descartadas, iam para o lixo, porque são adesivos, papel encerado, que reaproveitamos.

Aqui é um trabalho: visita aos setores, vestidas de anjo - anjos da guarda do planeta. E aí o pessoal para e monta a proposta de reestruturação. Esperávamos reduzir em 30% o número de lixeiras, reduzimos entre 50 a 75%. Aqui, um andar só.

Adote um copo! Estamos com um problema sério agora, por conta da biometria, é muito copo.

Esse é legal, não quero passar: programa de logística compartilhada. Temos, anualmente, no Eleitoral, o descarte de documentos, que eram descartados da seguinte forma: o cartório solicitava um veículo, que ia lá para o sertão buscar os documentos para descartar. Uma viagem só para fazer isso. E aí, fomos nos inserindo na atividade até conseguirmos mostrar os primeiros resultados e dizermos:

— Precisa ser feito, é necessário.

Aqui uma avaliação de 2014, meados de 2014 e 2015, quando implantamos. Recolhimento de 40 toneladas de documentos evitou-se 32.000 km de viagens com essa finalidade; 18.000 litros de combustível, economia de 23% nas diárias e redução das emissões de CO2.

Controle de pragas e vetores. Queria que vocês anotassem isso. As empresas, que são contratadas, não têm o cuidado com a saúde das pessoas; é o que temos observado. Como eu trabalhava nessa área, é o que observamos no país inteiro. Observem como é esse contrato. O inseticida que é aplicado numa sala tem um poder de dispersar por 3 meses. E é o servidor que fica respirando produto neurotóxico, que não sabemos qual será o resultado. Então, observem isso. Produto de baixa dispersão é o que deve ser utilizado. Esse contrato foi todo revisado. Utilizamos larvicida biológico para controle de mosquitos. Produto de baixa dispersão, em geral, gel, e um mapeamento de todo o Estado. Antes, normalmente, fazem a proposta para o controle de todas as pragas. E aí é colocado: para cada praga, um preço; só que é feita uma aplicação só de veneno que mata tudo e recebe cinco vezes. Observem isso: reduzimos mais de 50% o consumo de praguicidas. Agora é você na pressão.

Aqui, trata-se de uma pesquisa socioambiental, que vamos fazer em parceria com a Universidade de Pernambuco, terceirizados, entrevista com gestores.

Aqui, trata-se de um trabalho que foi aprovado nesse Congresso, em Portugal, que será em julho.

Aqui, trata-se de um trabalho - Ketlin você tá ali, o Ganem está aqui. Fechem a placa agora. Viu como sensibilizamos. (Risos)

Aqui o Certificado de Unidade Consciente: em 2012, o implantamos: consumo de papel, consumo de cópia, recebe um certificado, um prêmio simbólico que fica lá na sala e todo o mundo quer ficar em primeiro lugar.

Feira agroecológica, discussão ambiental: pessoal, olhem a vista, o Marco Zero do Recife. Esse de camisa branca é o nosso Presidente, que foi para a Excursão Ambiental.

Aqui, águas do Capibaribe, Festival de Saúde Total e Qualidade de Vida, que fizemos com as áreas de qualidade de vida, saúde. Enfim, foi uma semana de atividades. Muito legal, mais de 800 pessoas participaram. Temos 1.300 servidores, mais de 800 participações. Foi muito legal!

A doação de cães e gatos, um evento.

Vou passando agora: cultura Veg; trabalho num parque. Aqui, divulgando, e é interessante porque as pessoas param e dizem:

— O TRE faz isso?

Outras ações: o INFODIP também foi instalado; tecnologia VOIP. Isso aqui foi legal: revisão do plano de contratações anual. Esse ano foi feita essa revisão, e todas as unidades tiveram que, com base no guia da AGU, ver se aquela contratação, se cabia inserir critério de sustentabilidade. E aí, criamos o seguinte fluxo: veio para nós, fizemos a revisão, demos o apoio, quando demos a saída a contratação, a Assessoria Jurídica verifica se foi incluído o critério. Se não foi incluído e se foi justificado, está ok.

Agora, se não foi incluído, não justificou, vai retornar para o demandante para que se faça a revisão.

E, por último, a campanha que lançamos agora: Cidade Limpa nas Eleições, dou o exemplo. Então, fizemos na semana passada o lançamento com os representantes partidários, e o trabalho agora que vai seguir com esse público e com os mesários, com os cartórios.

Enfim, acho que cheguei ao fim. Cheguei ao fim?

Avaliação de 2012 a 2015: água, energia, copo, papel, combustível, diária, lixeira, toner, capacitação, totalizando R\$ 1.200.000,00 reais.

Então, é um trabalho que certamente todo gestor responsável, todo bom gestor vai querer.

Muito obrigada.

(Palmas)

MESTRE DE CERIMÔNIA: Vou convidar todos agora para o coffee break, e no retorno ...